

Índios foram ao INCRA pedir o fim dos conflitos de terra

Foto: Carlos Santana

Cerca de 30 posseiros e índios kiriri, do município de Banzaê, estiveram ontem à tarde a sede do INCRA, em Salvador, onde foram, mais uma vez, pedir a solução para a questão do conflito de terra na região. Por sugestão da Funai, o INCRA foi designado para viabilizar uma área de terra onde possam ser assentadas as 2.800 famílias de trabalhadores rurais que moram (ou moravam) dentro da reserva indígena. O problema, segundo eles, é que a escolha do imóvel está demorando muito e há o temor de que a tensão se agrave.

"Há 15 dias, tivemos uma audiência com o ministro da Política Fundiária, Raul Jungman, e parecia tudo resolvido", lembrou Jairo Monteiro, advogado da Diocese de Paulo Afonso, que esteve em Brasília na companhia do bispo Mário Zanetti. O que atrapalhou tudo, segundo disse, foi a invasão, no dia 15, do povoado Gado Velhaco pelos kiriri, liderados pelo cacique Lázaro. "Eles expulsaram as 51 famílias e saquearam tudo", recordou, observando que a divisão dos índios em duas facções tornou-se um complicador. A facção liderada pelo cacique Manuel não é violenta e defende o diálogo, o que não acontece com a turma de Lázaro. "A invasão atrapalhou tudo. Estávamos certos de que as coisas iam funcionar", afirmou o advogado.



Polícia mantém índios e posseiros do lado de fora da sede do INCRA, localizada em Sussuarana

ATITUDE PRÁTICA

Posseiros e índios disseram que aguardam uma "atitude prática" da parte do INCRA. O chefe da Divisão de Recursos Fundiários do órgão, Rubens Garcia, garantiu que o pro-

cesso para a escolha da terra está tramitando normalmente. "Já fizemos o levantamento cartorial de 18 áreas da região e agora vamos iniciar a vistoria dos imóveis", informou, observando que o procedimento é necessário para avaliar se as terras são mesmo improdutivas e se se adequam às

necessidades das famílias retiradas da reserva indígena. "Há dois anos que rola essa história de vistoria", protestou uma mulher da comitiva de Banzaê. O funcionário do INCRA admitiu que a viabilização da terra foi pedida pela Procuradoria Geral da República em 1990.